

EMENDA Nº - CCJ
(à PEC nº 6, de 2019)

Dê-se ao § 19 do art. 40 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da PEC nº 6, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

Art. 40.....

.....

§ 19. O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

.....’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Por conta da sua extensão e da velocidade em que foi elaborada e apreciada na Câmara dos Deputados, a PEC nº 6 apresenta alguns aspectos assistemáticos. Um deles está no tratamento desigual dado a questões semelhantes dentro do seu texto. O caso apontado na emenda ora apresentada, por exemplo, é um desses casos. Entendemos que, em qualquer circunstância, os elementos fundamentais de um regime próprio de previdência devem ser regulados em Lei complementar, ao passo que os elementos acessórios - como a forma ou periodicidade de realização de perícia médica, por exemplo, podem ficar a cargo de lei ordinária.



A presente proposição busca sistematizar esse entendimento, de maneira a evitar posteriores mal-entendidos que forçosamente terão reflexos judiciais, com os correspondentes gastos.

Sala das Sessões,

Senador PLÍNIO VALÉRIO



SF/19167.06938-15